

“Governo não se sente pressionado nem aflito”

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O ministro da Economia, Marçílio Marques Moreira, reuniu ontem no seu ministério os líderes dos vários partidos do Senado para falar sobre a renegociação da dívida externa com os bancos credores privados e comunicar que um entendimento pode estar perto. O ministro chegou a prever a hipótese de fechar um acordo com os bancos até o próximo dia 6 de abril.

“Quando mencionou a possibilidade de concluir um entendimento até o dia 6 de abril, ele ao mesmo tempo fez uma ponderação no sentido de que seria bom que o acordo fosse apressado, mas que o governo não se sentia pressionado e nem aflito em fechar o acordo”, relatou ontem a este jornal o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Mais cedo, durante a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), o ministro fez uma declaração que deu margem a dúvidas de interpretação.

“Nós apresentamos aos nossos credores uma nova versão da nossa proposta e eles apresentaram alguns pontos. Inclusive, em alguns dos seis instrumentos que estão sendo discutidos, já há praticamente uma convergência, de modo que eu não me espantaria se, dentro de um período razoável, como disse e certamente dentro ainda deste semestre, nós chegássemos ao acordo. Pode ser também que cheguemos ao acordo em etapas, firmando um entendimento comum sobre certos aspectos, por exemplo, os termos financeiros do acordo. Depois, alguns outros aspectos, mais tarde”, disse o ministro aos conselheiros do CMN, de acordo com o texto distribuído à imprensa pela assessoria de imprensa do Ministério da Economia.

ACORDO POR ETAPAS

A declaração do ministro

pode levar ao entendimento de que o governo brasileiro estaria disposto a acertar com os bancos acordos por etapas, conforme defendem na mesa de negociações alguns bancos credores privados, como uma alternativa para se contornar a questão dos “enhancements” — garantias firmes — necessários aos instrumentos de securitização da dívida externa que envolvem algum tipo de desconto. No final do ano passado, o negociador da dívida, Pedro Malan, tinha afastado totalmente a viabilidade daquela proposta dos bancos a este jornal.

Ontem, indagado sobre a declaração do ministro, o presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, reafirmou que a idéia de fazer um acordo em etapas era coisa “do passado e já foi enterrada”.

Segundo Gros, o ministro estaria se referindo ao processo de negociar em etapas e não em firmar um acordo em etapas: “A negociação é complexa e temos uma agenda de negociação porque os pontos não avançam na mesma velocidade”, adiantou Gros, complementando que nesta semana, por exemplo, Malan está dedicando as negociações mais ao aspecto das garantias do que propriamente aos aspectos financeiros.

Ele confirmou uma informação dada aos senadores durante o almoço no ministério e que consta do programa econômico, no sentido de que o País projeta pagar neste ano aos credores externos em geral o equivalente a 1,7% do PIB, ou cerca de US\$ 8 bilhões, de juros da dívida afetada e não afetada do setor público. A dívida afetada é aquela que está sujeita a renegociação.

“SENHORIAGEM”

O senador Suplicy pediu ao ministro maiores informações sobre a senhoria (emissão de papel-



Marçílio Marques
Moreira

moeda) ocorrida ano a ano desde 1980 para compará-la com os pagamentos externos e também pediu confirmações sobre os dados de que dispõe, segundo os quais o País teria desembolsado US\$ 5,579 bilhões (entre juros e amortizações) em 1990 enquanto em 1991 os pagamentos somaram US\$ 10,993 bilhões. Ele continua tendo dúvidas sobre os números que envolvem as projeções de uso e fontes usadas para medir a capacidade de pagamento, considerando-os “muito elásticos”.

Também o senador Fernando Henrique Cardoso

(PSDB-SP) quer saber se o governo está emitindo com propósito de comprar divisas para pagar a dívida externa e tem receio quanto a um ponto específico: “A mim me preocupa este endividamento rápido que estamos fazendo agora junto ao mercado com a dívida mobiliária em poder do público, porque me faz lembrar o que ocorreu no passado envolvendo recursos da Resolução 63 que vieram atraídos pelas taxas de juros porque depois o dinheiro sai”, disse o senador Cardoso.

“O ministro colocou que o acordo deve ser feito de forma global porque os detalhes, com relação a um volume de recursos tão grande, representam US\$ 200 milhões ou US\$ 300 milhões, e ficou claro com isto que o ministro não está aceitando a orientação do Mulford (David Mulford, subsecretário para Assuntos Internacionais do Tesouro dos Estados Unidos) no sentido de que o Brasil se concentrasse nos termos gerais do acordo e deixasse de lado os detalhes para mais adiante”, relatou o senador Raimundo Lira (PFL-PB), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que também participou da reunião no ministério.